



A amizade social na construção de uma sociedade aberta

The social friendship in the construction of an open society

*Antonio Aparecido Alves**

CEFEP

Recebido em: 31/08/2023. Aceito em: 22/11/2023.

Resumo: *Este artigo pretende apresentar o tema da amizade social, dentro de uma visão filosófica e sociológica, bem como da Doutrina Social da Igreja, expressa na Fratelli Tutti do Papa Francisco. Tanto a tradição grega quanto a cristã, entendem que a amizade social é resultado da sociabilidade humana e o fundamento para a convivência em uma sociedade aberta. No século XVII o filósofo Thomas Hobbes provocou uma reviravolta nesta compreensão, ao afirmar que cada homem é lobo do outro homem. Como um desdobramento desta situação de guerra de todos contra todos, apareceu no século XX uma racionalidade política que induz a ver quem pensa diferente como um inimigo a ser abatido. Esta lógica está na base das sociedades fechadas do século passado e presente ainda hoje, nas ideologias de extremistas. Este artigo deseja, ainda, ressaltar as indicações expressas na encíclica Fratelli Tutti, onde o Papa aponta o diálogo, a cultura do encontro e a política, destacando o papel das Religiões, para promoverem a amizade social e construir uma sociedade aberta. A polarização, hoje tão falada, não pode ser entendida como confronto, mas sim como os diferentes que oferecem o melhor de si, para o bem de todos. Isto representa a amizade social e significa construir uma sociedade aberta.*

Palavras-chave: *amizade social; caridade política; sociedade aberta.*

Abstract: *This article intends to present the theme of social friendship, within a philosophical and sociological view, as well as the Social Doctrine of the Church, expressed in the encyclical Fratelli Tutti of Pope Francisco. Both the Greek and the Christian traditions understand that social friendship is the result of human sociability and the foundation for coexistence in an open society. In the seventeenth century, the philosopher Thomas Hobbes came through with a*

* Doutor em Teologia (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, 2010). Mestre em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, 1998). Presbítero na Diocese de São José dos Campos, SP.

E-mail: pe.toninho@diocesescj.org.br.





big turnaround in this understanding, when he stated that each man is a wolf of another man. As a consequence of this situation of war of all against all, a political rationality appeared in the 20th century, that induces to see those who think differently as an enemy to be slaughtered. This logic is sat the base of the closed societies of the last century and is still present today, in the ideologies of extremists. This article also wishes to highlight the indications in the encyclical Fratelli Tutti, where the Pope points the dialogue, the culture of encounter and the politics, highlight the role of Religions, to promote social friendship and to build an open society. The polarization, being such a popular topic today, cannot be understood as confrontation, but rather as diferent people who offer the best of themselves, for the good of all. This represent social friendship and means to build an open society.

Keywords: Social friendship; political Charity; open society.

Introdução

O Concílio Ecumênico Vaticano II acentuou, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, a multiplicação das relações na comunidade humana, favorecida pelo progresso das comunicações. Evidenciou, no entanto, que o diálogo entre as pessoas não se fundamenta neste nível técnico, mas na própria natureza do ser humano, feito para viver em comunhão, à semelhança de seu Criador. Dentre outras coisas, afirmou que a índole comunitária da pessoa exige o respeito aos adversários “que pensam ou atuam diferentemente de nós em matéria social, política ou até religiosa”, pois essa compreensão abre caminhos para o diálogo.¹

O que constatamos em nosso tempo, no entanto, parece ser um retrocesso dos padrões civilizatórios acentuados no Concílio, pois assistimos manifestações xenofóbicas, intolerâncias diversas, crescimento de grupos políticos extremistas, do fundamentalismo religioso, as *fake news* para destruir grupos e pessoas, os *games* que fazem da matança uma diversão, dentre outras coisas. Em sua encíclica *Fratelli Tutti* (FT) o Papa Francisco aponta outros sinais de regressão, tais como os conflitos entre nações, que se consideravam superados, o renascimento de nacionalismos fechados e outros.² Dentro deste quadro do crescimento de uma sociedade fechada, o Pontífice resgata uma dimensão importante

¹ VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. In: Vaticano II. Mensagens, discursos e documentos. Tradução de Francisco Catão. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2007. n. 23; 28.

² FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. Sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020. n. 11-12.



da ética social cristã, a *amizade social*, que junto com a *fraternidade*, está no subtítulo da *Fratelli Tutti*.

Essa dimensão da amizade social tem um percurso. Em sua *Suma Teológica*, Santo Tomás de Aquino afirmou que existe um *amor universal*³, pelo qual todos se comportam uns com os outros como amigos, como encontramos no pensamento aristotélico. A partir disto, a Doutrina social da Igreja (DSI) acentua a *caridade (ou o amor) social*.⁴ Em sua encíclica, o Pontífice procura atualizar esses ensinamentos, relacionando-os com as questões de nosso tempo, com o objetivo de contribuir para uma reflexão sobre a vida em sociedade, a fim de que “o sonho da fraternidade e amizade social não se limite a palavras.”⁵

Neste artigo iremos inicialmente situar a amizade social como fundamento de uma convivência humana aberta, a partir do pensamento aristotélico-tomista. Depois, em um segundo momento, iremos contrastar esse ensinamento com a lógica política do amigo-inimigo, que engendra uma sociedade fechada. Por fim, buscaremos as indicações do Papa Francisco na FT, para construir uma sociedade aberta, a partir da amizade social e da fraternidade.

1 A amizade social como fundamento da comunidade humana

O ser humano é social por natureza. Mas em que se fundamenta essa sociabilidade? Em outras palavras, pode se perguntar: O que é que une as pessoas em sociedade? Qual é o fator que faz a coesão social? Esta é uma questão chave para a ética social, à qual foram dadas algumas respostas.

1.1 A tradição grega: Platão e Aristóteles

Platão em sua obra *A República* faz com que Sócrates procure convencer seus interlocutores de que existe uma necessidade mínima

³ TOMAS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Tradução de Gabriel C. Galache e Fidel Garcia Rodrigues. V. 2, parte 2, questão 114, art. 2. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 645.

⁴ PIO XI. *Quadragesimo Anno*. Sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 136-139; n. 88.

⁵ FRANCISCO, *Fratelli Tutti*, 2020, n. 6.



de justiça na cidade⁶, e o fará propondo fundar uma cidade, baseada não sobre um ideal, mas naquilo que é o mais urgente, quais sejam as necessidades de cada um. Deste modo, tem-se uma concepção organicista, que ajuda a compreender como a cidade se organiza.

Dentro deste pensamento, a sociedade se forma porque o homem não basta a si mesmo, e tem necessidade do que outros produzam o que ele mesmo não poderia produzir. Partindo das exigências biológicas de cada cidadão, a cidade se fundamenta, portanto, sobre a divisão do trabalho e da interdependência entre as várias atividades, que produzem o necessário à coletividade.⁷

Aristóteles, de outra parte, embora reconheça a interdependência como um fator da coesão social, afirma que somente essa não basta para fundamentar a sociedade. Para o estagirita, a *polis* (cidade) se forma a partir da união de famílias e, como união destas, as tribos. Por fim, como círculos excêntricos, chega-se à *polis*, como a reunião dessas tribos. Assim, cada cidade existe *por natureza*, se existe a primeira comunidade a família. O homem é um *zoon politikon* (animal político) e atinge a sua perfeição somente enquanto *cidadão* dentro de uma cidade bem governada. Fora dela, ele é uma besta ou é um deus.⁸

Aristóteles afirma que a cidade é, de certa forma, uma comunidade estabelecida com alguma boa finalidade.⁹ O homem se associa com vista ao bem recíproco, e aqui está a natureza da cidade, que deve capacitar todos os cidadãos a viverem bem. Neste ponto, ele introduz o conceito de *amor cívico*, ao afirmar que “é nosso amor pelos demais que nos leva a preferir a vida em sociedade”¹⁰ e isso contribui para uma vida digna, que é a finalidade da *polis*.

A esta altura podemos cruzar esta assertiva do amor cívico, com o Livro VIII da *Ética a Nicômaco*, onde o filósofo discorre sobre a *amizade*, que, segundo ele, é absolutamente necessária para o Estado, uma vez

⁶ PLATÃO. *A República*. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. p. 53.

⁷ D'ADDIO, Mário. *Storia delle Dottrine Politiche*. 3. ed. V. I. Genova: Edizioni Culturali Internazionali Genova, 1996. p. 51.

⁸ ARISTOTELES. *Política*. In: *Os Pensadores*. Livro I 1, 2. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. p. 143-147.

⁹ ARISTOTELES, 1999, p. 143-147.

¹⁰ ARISTOTELES, 1999, p. 228.



que é ela quem o mantém unido. E assim entramos na órbita do tema ao qual estamos nos dedicando neste trabalho, que é o da *amizade social*.¹¹

Segundo Aristóteles, a concórdia é semelhante à amizade e é disto que se ocupam os legisladores, enquanto procuram afastar a discórdia, que é uma espécie de inimizade. A amizade é a virtude mais excelente, pois quando se é amigo, não há nenhuma necessidade de justiça, ao passo que quando se é justo, existe sim a necessidade da amizade, e o nível mais alto de justiça é o comportamento de amizade.¹²

Para o estagirita, este impulso à amizade é tipicamente natural, pois em sociedade cada um é amigo do outro. Ela é desejável como um bem máximo, inclusive para os que têm abundância de bens. É precisamente com base nisto que ele não vê a interdependência como fundamento do Estado, uma vez que a amizade tem suas raízes no conhecimento pessoal e na busca dos mesmos ideais.¹³

A amizade à qual se refere Aristóteles no Livro VIII da *Ética a Nicômaco*, é aquela que ele entende como superior, isto é, na qual se busca reciprocamente o bem do outro, marcada pela *convivência*, uma escolha deliberada, o que já é um bem, e não somente o prazer ou a utilidade, que seriam as suas outras duas formas. Há os que buscam a convivência com os outros porque lhes é prazerosa, ou então porque esta lhes traz algum benefício. No entanto, aqueles que vivem a virtude da amizade, reconhecem que o outro busca o seu bem e, por isso, querem conviver na reciprocidade.¹⁴

A essa amizade que faz a ligação na *polis*, o filósofo chama de *concórdia*, que não é simplesmente a mesma opinião ou estarem de acordo sobre algum assunto, mas é um tipo de *amizade política*, já que diz respeito aos interesses e a tudo o que é necessário para viver bem.¹⁵

¹¹ Para um estudo mais pormenorizado ver: ZANUZZI, Inara. A amizade em Aristóteles: Política, III, 9 e *Ética Nicomaqueia*, VIII. *Revista Dois Pontos*, Curitiba, São Carlos, vol. 7, n. 2, p. 11-28, outubro, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doisPontos/article/viewFile/24085/16112>. Acessado em: 26 jul. 2023.

¹² ARISTOTELE. *Ética Nicomachea*. Livro VIII, 1155a, 1. A cura di Claudio Mazzarelli. Milano: Rusconi Libri, 1994. p. 299.

¹³ UTZ, Arthur Fridolin. *Ética Social. Principios de la Doctrina social*. Tomo I. Barcelona: Editorial Herder, 1964. p. 141.

¹⁴ ARISTOTELE, 1994, Livro VIII, 1157b, 5, p. 309.

¹⁵ ARISTOTELE, 1994, Livro IX, 1167a, 6, p. 351.



1.2 A tradição cristã: Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino

A tradição clássica grega colocava a supremacia da *polis* sobre o homem, fazendo dessa forma de associação algo objetivo e inexorável. O pensamento cristão agregou novos elementos, na busca de um fundamento humano para a convivência em sociedade, baseado na subjetividade da pessoa.

Santo Agostinho viu na unidade de intenções o fundamento da vida em sociedade. Assim, o amor a Deus fundamenta a *cidade de Deus*, representada pela Igreja, mas que não se identifica com esta, porque ela, enquanto instituição, está sujeita aos condicionamentos do mundo. Por isso, essa cidade é como um ideal que a ultrapassa e que deve ser sempre buscado.

De outra parte, o amor a si fundamenta a *cidade terrena*, na qual se busca a satisfação de todas as necessidades humanas, de modo que a pessoa não se sinta perturbada por nada e viva em *paz* consigo mesma, sendo essa a finalidade da vida em sociedade. Deste modo, a paz é o princípio para o qual deve ser reportado tudo o que se refere à comunidade política.¹⁶

Santo Tomás de Aquino, por sua vez, entende o homem como um *ser social*. O pensamento tomista quebra a supremacia da *polis* pois, para ele, alcançar o bem é algo que diz respeito ao indivíduo e, por isso, a cidade não é somente um instrumento para atingir a perfeição racional, mas é feita pelo homem, para nela realizar a sua natureza social. É o homem quem faz a cidade, e não vice-versa, como dizia Aristóteles. A *civitas* tem, portanto, suas raízes na sociabilidade humana, nos princípios e valores que a constituem.¹⁷

O aquinate entende o homem como naturalmente sociável, porém, não com a mesma compreensão que o “naturalmente” tem em Aristóteles, pois aqui entra a compreensão da graça divina que interage com a natureza humana, de modo que mesmo um religioso ermitão possui esta propensão social, que é complementada pela intervenção de Deus.¹⁸

¹⁶ D'ADDIO, 1996, p. 141.

¹⁷ D'ADDIO, 1996, p. 173.

¹⁸ TOMAS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Questão 188, art. 8 p. 2878. Disponível em: <https://www.baixelivros.com.br/religiao/suma-teologica-pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023. [ebook].



Ainda nos passos do estagirita, Santo Tomás retoma a questão da *amizade*, entendendo-a como uma virtude, porque na convivência devemos nos “ordenar convenientemente para os outros, tanto pelas nossas obras como pelas nossas palavras, comportando-nos para com cada um conforme ele o exige”.¹⁹ Ele chama esse tipo de amizade também de *afabilidade*, porque é como que por um amor universal que nos comportamos em sociedade uns com os outros como amigos.

Santo Tomás afirma que temos o *amor de amizade* e o *amor de concupiscência*. O primeiro é de benevolência, pelo qual buscamos o bem de quem amamos. O segundo, por sua vez, busca o bem que há nas coisas, por exemplo, o sabor do vinho. Neste caso, ninguém dirá que tem amizade com um bom vinho, embora ame um vinho de boa qualidade.²⁰ A partir destes ensinamentos tomistas, foi-se formando na Doutrina Social da Igreja o ensinamento de um amor social ou de caridade social, que veremos em seguida.

1.3 A Doutrina Social da Igreja e a caridade social

Este princípio fundamental da DSI é importante para o tema deste trabalho, porque versa sobre a *amizade social* e encontra respaldo na tradição aristotélico-tomista e aparece na FT com o nome de *caridade política*.

Referindo-se a Aristóteles, Tomás fala dos três tipos de amizade que unem os cidadãos: útil, prazerosa e perfeita. No entanto, pela diversidade de comunicação dos sujeitos nas quais ela se fundamenta, ele afirma que se pode falar de uma amizade para com os consanguíneos (amizade natural), e outra para com os concidadãos e os estrangeiros (amizade civil).²¹ É da união da amizade natural e civil que nasce o conceito de um *amor social*, que o difere da caridade, enquanto virtude teologal.

No magistério posterior este conceito foi assumindo expressões novas, sem, no entanto, modificar o que está em sua origem. A partir de

¹⁹ TOMAS DE AQUINO, 2005, questão 114, art. 1, p. 645.

²⁰ COUTO, Antonio A. C. *Amor amicitiae e Amor concupiscentiae*. Um estudo sobre as noções de amor, desejo e amizade na Suma Teologia de Tomás de Aquino. *Dissertatio*, n. 40, p. 49-72, 2014, p. 60. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/8528>. Acesso em: 25 jul. 2023.

²¹ TOMAS DE AQUINO, 2005, questão 23, art. 5, p. 1877.



Pio XII²², passando por São João XXIII²³ e pela *Gaudium et Spes*²⁴ e se consolidando com João Paulo II²⁵, temos o princípio ético da *solidariedade*, que com o Papa Francisco assume contornos teológicos, chamado de *caridade política*.

Esta dimensão política da caridade quer evitar que essa fique somente nas relações íntimas e próximas, mas que tenha uma abrangência maior, incidindo nas macrorrelações sociais, econômicas e políticas.²⁶ O Pontífice utiliza, no tocante à caridade política, os conceitos tomistas de amor *elicito* e amor *imperado*. O primeiro se refere ao amor que brota da caridade, dirigido a toda a humanidade. O segundo, por sua vez, nos impele a criar estruturas sociais mais sadias, justas e solidárias.²⁷ Esta dimensão da caridade política, que visa as estruturas sociais, é fundamental. Utilizando uma metáfora, pode-se afirmar que os cristãos são excelentes enfermeiros, isto é, socorrem com competência as consequências da injustiça social, mas são péssimos médicos, porque não curam a sociedade, atacando as causas dos males sociais.²⁸

Toda esta dimensão da amizade social como fundamento da comunidade humana, bem como do amor social, vistos nesta seção, pode ser eclipsada por uma lógica perversa, crescente em nossos dias. Esta racionalidade entende o outro, não como *amigo*, mas como um *inimigo*, o que leva ao confronto e a uma sociedade fechada. É o que veremos em seguida.

2 A lógica do amigo-inimigo como fundamento de uma sociedade fechada

A compreensão aristotélico-tomista da sociabilidade humana fundamentada na amizade social, onde se busca o bem do outro, dentro

²² Pio XII. Dal radiomessaggio natalizio sulla spersonalizzazione dell'uomo (24/12/1952), n. 13-16. In: *I Documenti sociale dela Chiesa*. A cura di P. Raimondo Spiazzi. Da Pio IX a Giovanni Paolo II (Vol. I: dal 1864 al 1965). Milano: Massimo, 1987. p. 582-584.

²³ JOÃO XXIII. Encíclica *Mater et Magistra*, n. 23; 157. In: COSTA, Lourenço (org.). *Documentos de João XXIII*. São Paulo: Paulus, 1998. p. 151; 191; (Documentos da Igreja, 2).

²⁴ VATICANO II, 2007, p. 470; 488-489; 493-494.

²⁵ JOÃO PAULO II. *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 38-40. In: COSTA, Lourenço (org.). *Documentos de João Paulo II*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2006. p. 521-527.

²⁶ FRANCISCO, *Fratelli Tutti*, 2020, n. 180-197.

²⁷ FRANCISCO, *Fratelli Tutti*, 2020, n. 186.

²⁸ MARDONES, José Maria. *Fe y Política: el compromiso de los cristianos en tiempos de desencanto*. Santander: Sal Terrae, 1993. p. 64-67.



de um amor de benevolência, para se construir o bem viver, que é a finalidade da vida em sociedade, foi paulatinamente desmontada pela mentalidade moderna, a partir de uma nova compreensão do *social*. Na tradição clássica, esse era um todo indiviso, compreendendo a religião, a política e a economia que, na modernidade, foi dividido em compartimentos estanques e irredutíveis entre si.²⁹

Contribuiu, também, para este desmonte, a perda da dimensão teleológica da política. Começou-se a entender que esta já não é mais a arte de governar bem a cidade, em vista da perfeição dos cidadãos. Desse modo, ela foi separada de uma ordem transcendente e moral, e passou a ser entendida como exercício do poder, para garantir o sucesso a qualquer custo.

Nesta seção iremos abordar dois aspectos que cremos ser relevantes para o tema deste trabalho: o contratualismo, que marcou a Filosofia Política nos séculos XVII e XVIII, e a lógica política do amigo-inimigo e da sociedade fechada, do início do século XX.

2.1 A tradição contratualista

O século XVII foi palco do nascimento de um pensamento político relevante para o nosso tema. Essa corrente foi chamada de *contratualismo*, pois o fundamento da vida em sociedade não era mais a amizade social, como entendia a tradição grega e cristã, mas sim um *contrato social*. Na compreensão do ser humano, esta doutrina contratualista fala de um *estado natural*, que é substituído por uma segunda natureza, o *estado civil*, seja por um pacto de associação, que dá origem ao Estado liberal, ou por um pacto de submissão, quando se abre mão da liberdade e direitos naturais para um poder mais forte, que é o Estado absoluto. Não queremos aqui fazer uma resenha dos pensadores desta tradição, mas destacar alguns pontos do primeiro desses, o inglês Tomas Hobbes, que está na linha desse pacto de submissão.

Tomas Hobbes (1588-1679) provocou uma reviravolta na maneira clássica de entender a sociabilidade do ser humano. Ao fazer a dedicatória de sua obra *O cidadão*, ao Conde William de Devonshire, ele fez uma releitura de uma expressão do dramaturgo romano Plauto (187 a.C.), e

²⁹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale et al. 11. ed. V. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 960.



popularizou a expressão *homo homini lupus*, isto é, o homem é um lobo para o outro homem.³⁰ Assim, ele entendeu que a pessoa não é social por natureza, como afirmou Aristóteles, mas egoísta, pois, em seu estado natural, vive em uma guerra de todos contra todos³¹, porque têm nesta situação a liberdade e direitos absolutos, de modo que todos almejam as mesmas coisas e, daí, nasce a guerra.³²

Ele argumenta que as abelhas e as formigas vivem em sociedade umas com as outras, mas apresenta diversos motivos para dizer que isso não é possível ao homem em seu estado natural. Para solucionar esse impasse, é necessário transferir o direito de governar a um homem ou assembleia de homens, conferindo-lhes todo o poder, renunciando a liberdade e a todos os direitos. A razão humana leva a aceitar o controle do Estado absoluto e a vida em sociedade como males necessários, para evitar outros maiores, os quais têm a sua origem no medo. A única função do poder político, por conseguinte, é proporcionar a segurança pela espada, mantendo a paz.³³

Ele se afasta, portanto, da afirmação clássica de que o ser humano é social por natureza, pois entende que o *estado civil* é uma segunda natureza, algo acrescentado ao homem. A passagem do *estado natural* para o *estado civil* se dá, não por necessidade recíproca, como afirmava Platão na *República*, menos ainda pelo homem ser um animal político, como dizia Aristóteles na *Política*, mas por um pacto de submissão, uma convenção, um *contrato*, movido pelo *medo*. É sobre essa questão que queremos nos debruçar agora, e que contrasta com a *melhor política* apontada pelo Papa Francisco.³⁴

2.2 O medo como potencial político: a lógica do amigo-inimigo

Diversamente da concepção aristotélico-tomista, que colocava a política no patamar da amizade social, junto com a busca do bem comum,

³⁰ HOBBS, Thomas. *Do cidadão*. Tradução de Renato Janine Ribeiro. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 3. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/do-cidadc3a3o.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2023.

³¹ HOBBS, 2002, Prefácio, p. 16.

³² HOBBS, 2002, I, 6, p. 30.

³³ HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. XVII. p. 41-44.

³⁴ FRANCISCO, 2020, p. 83-104.



essa lógica do amigo-inimigo se baseia no confronto. O pensador proeminente desta linha é Carl Schmitt (1888-1985), considerado o jurista do nazismo, cuja concepção de Estado, democracia, política, soberania e outros, deu suporte a Hitler e ao III Reich, sendo ele próprio filiado ao partido nazista. A sua visão política continua viva, como um manual dos adeptos da extrema direita no mundo todo.

Contrariamente ao pensamento clássico, onde o Estado surge a partir da dimensão política do indivíduo, Carl Schmitt afirma, no início de sua obra mais importante, que o conceito de Estado pressupõe o político³⁵, isto é, existe uma anterioridade deste (Estado) em relação ao cidadão. Esta compreensão já havia aparecido na sua obra sobre a Soberania, onde ele afirmou que o soberano é aquele que decide sobre o Estado de exceção, o qual é como um milagre, isto é, uma suspensão da ordem natural das coisas (no caso, do Estado de Direito), operado por alguém que tem como que poderes divinos.³⁶ Esse político todo-poderoso aniquila o Estado de Direito, o qual se transforma em um direito de Estado, voltado para os interesses dos grupos dominantes, que opera sem limitações preestabelecidas, mas unicamente a partir da vontade do soberano.³⁷

Embora essa questão do Estado seja importante, até mesmo pelo surgimento de uma extrema direita combativa em nosso país e em vários lugares do mundo, queremos nos deter em um outro aspecto do pensamento schmittiano, relevante para o propósito deste trabalho, que versa sobre a questão da política como uma lógica de relação *amigo e inimigo*.

Carl Schmitt afirma que existe uma categoria pela qual se pode pensar a política, e esta pode ser encontrada nas *contraposições*. Assim como na moral existe o bem e o mal, ou na estética o feio e o bonito, e assim por diante, na política existe o amigo e o inimigo. Ele é direto ao afirmar que isto não pode ser entendido como uma metáfora ou algo simbólico, mas como algo concreto e existencial. É exatamente esse pressuposto real de luta e de guerra que vai determinar, de modo particular,

³⁵ SCHMITT, Carl. *Le categorie del politico*. Saggi di teoria política. A cura di Gianfranco Miglio e Pierangelo Schiera. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1972. p. 101.

³⁶ SCHMITT, 1972, p. 33.

³⁷ ROSENFELD, Denis Lerrer. A política do inimigo. *Enemy politics*. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, n. 12, v. 1, 23-51, jan.-abr. 2020, p. 29. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2020.121.02>. Acesso em: 28 jul. 2023.



o pensamento e a ação humana, provocando, assim, um específico comportamento político.³⁸

O que vemos nessa corrente de pensamento é que o outro não é um adversário, mas um inimigo a ser abatido. Aliás, existe a necessidade de se destacar um inimigo, que una as pessoas em uma batalha comum. Esse será aquele apontado pelo soberano, mesmo sem provas ou evidências, uma vez que o chefe do Estado se torna uma constituição viva e a sua palavra é a lei.³⁹

Esta lógica, infelizmente, está mais presente hoje, do que poderíamos imaginar. Na FT o Papa Francisco afirma que, em nossos dias, se entende que a melhor maneira de governar é semear desânimo e despertar a desconfiança, baseado na suposta defesa de alguns valores. Mas essa lógica perversa não se detém nisso. Segundo o Pontífice, utiliza-se hoje em muitos países o “mecanismo político de *exasperar, exacerbar e polarizar*”. Como consequência, “nega-se a outros o direito de existir e pensar e, para isso, recorre-se à estratégia de ridicularizá-los, insinuar suspeitas sobre eles e reprimi-los”. Desta forma, segundo o Papa, a Política, ao invés de ser um ambiente de debate saudável, em torno de projetos e visando o bem comum, se torna um espaço para destruir o outro, mantendo um estado constante de controvérsia e de confronto.⁴⁰

A partir deste quadro, percebe-se a relevância da FT em resgatar a dimensão da amizade social, e tudo o que se relaciona a ela, isto é, a fraternidade, a caridade política, um mundo aberto, a melhor política e outros temas. Urge desenvolver tudo isto porque, como afirmou Juliana Fonseca Pontes, “Carl Schmitt está de volta, e não se pode subestimá-lo”.⁴¹

Outro elemento de reflexão relevante para o nosso tema se refere aos conceitos de *sociedade aberta* e *sociedade fechada*. Essas expressões têm origem no pensamento de Henri Bergson⁴² e foram popularizadas por

³⁸ SCHMITT, 1972, p. 108; 110; 117.

³⁹ ROSENFELD, 2020, p. 24; 31.

⁴⁰ FRANCISCO, 2020, n. 14-15.

⁴¹ PONTES, Juliana Fonseca. A serpente no ovo. Carl Schmitt e as democracias do século XXI. *Estado da Arte: Revista de Cultura, Arte e Ideias*. 3 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://estadodaarte.estadao.com.br/carl-schmitt-jfp/#_ftnref14. Acesso em: 28 jul. 2023.

⁴² BERGSON, Henri. *As duas fontes da moral e da religião*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 221-262.



Karl Popper, em virtude de sua obra *A sociedade aberta e seus inimigos*, de 1945. A expressão *sociedade aberta* é normalmente utilizada nas ciências políticas para significar uma sociedade em que nenhuma ideologia ou religião gozam do monopólio, na qual existe um interesse por novas ideias e onde tudo está aberto ao exame e à crítica pública, com liberdade para educar, sem nenhum tipo de sectarismo. Por sua vez, a *sociedade fechada* caracteriza-se por ser uma coletividade centralizada, estática, não-progressista, com uma religião autoritária. Ademais, a guerra com as sociedades vizinhas é considerada um meio para promover a lealdade tribal e garantir a unidade coletiva. Esse modelo de sociedades fechadas têm uma prioridade temporal, pois são características das sociedades primitivas.⁴³ No entanto, algumas dessas características podem ser observadas nos Estados totalitários do século XX, tanto de direita, quanto de esquerda, e continuam presentes no *vade mecum* dos extremistas de ambos os lados até hoje.

Na FT o Papa Francisco fala das *sombras de um mundo fechado*, e nos desafia a pensar e a gerar um *mundo aberto* e a construir *a melhor política*, que será aquela que transcenda todos esses percalços apresentados nesta seção. Em seguida, vamos ver algumas indicações que podem ajudar a promover a fraternidade e a amizade social.

3 Para uma sociedade aberta: construir pontes, e não muros

É realista reconhecer que vivemos em uma sociedade marcada pelo conflito. O Papa Francisco afirma que o conflito não deve ser ignorado ou dissimulado, mas aceitado. No entanto, não se deve lavar as mãos diante dele ou se tornar seu prisioneiro, mas sim resolvê-lo e transformá-lo, no que for possível, desencadeando processos.⁴⁴

O conflito não pode se tornar um *confronto*, seja por causa de opiniões, de posturas ou outras coisas. Vivenciamos diversos tipos de conflitos, começando pelos pessoais, passando pelos familiares e chegando aos conflitos sociais, esses últimos causados pela intolerância e

⁴³ DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. Editado por William Outhwaite & Tom Bottomore. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 715.

⁴⁴ FRANCISCO, 2013, n. 226-227.



ausência de diálogo.⁴⁵ É, sobretudo, deste último que se ocupa a FT, na qual o Pontífice busca encontrar caminhos para vivenciar a fraternidade e a amizade social. Essa tarefa é urgente, e se faz a partir da promoção do *diálogo*, de uma *cultura do encontro*, que possibilite a construção de *pontes* entre as pessoas, não de *muros*.

Existem diversas possibilidades para a resolução de conflitos, de forma pacífica, tais como o diálogo, as mediações, a busca de um consenso, entre outros.⁴⁶ Na FT o Papa aponta caminhos, como a Política, o Diálogo, o Encontro, ressaltando o papel das Religiões para construir a fraternidade.⁴⁷

3.1 A melhor política

Na FT o Santo Padre salienta que devemos buscar *a melhor política*, pois existem modelos que não permitem construir um mundo aberto onde reina a amizade social, tais como o *populismo* e as *visões liberais*. O primeiro instrumentaliza politicamente o povo, atraindo-o por algum sinal supostamente fruto da “cultura popular”, mas na realidade, colocado a serviço de um projeto pessoal de poder. Além disso, o populista busca satisfazer aspirações imediatas, unicamente em vista da obtenção de votos, mas não dentro de um projeto político de construção a longo prazo. De outra parte, a *visão liberal* acusa de populismo tudo o que é feito de políticas públicas em favor da população mais vulnerável, e entendem o bem comum como sendo a soma dos interesses individuais. Aliás, esse grupo liberal está a serviço do mercado e dos poderosos e, por isso, não tem sintonia com as parcelas mais pobres da população.⁴⁸

A Doutrina Social da Igreja sempre enfatizou a prática da melhor política, seja no sentido mais amplo, em vista do bem comum, seja a ação político-partidária, no exercício do poder político, como ensina o documento de Puebla⁴⁹. Tanto em um, quanto em outro, o ensino social

⁴⁵ CNBB. *Fraternidade e Segurança Pública*. Campanha da Fraternidade de 1999. Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2015/03/textobase.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

⁴⁶ CNBB, 1999, n. 58.

⁴⁷ FRANCISCO, 2020, n. 154-284.

⁴⁸ FRANCISCO, 2020, n. 156-169.

⁴⁹ CELAM. *A Evangelização no presente e no futuro da América Latina*. Documento de Puebla. São Paulo: Loyola, 1979. n. 521-524.



cristão ressalta que a política é uma maneira exigente, se bem que não seja a única, de se viver o compromisso cristão a serviço dos outros.⁵⁰

O Papa Francisco na FT recupera elementos destacados pela DSI, para explicitar qual é a melhor política. Acentua o Santo Padre que, enquanto proliferam fanatismos e lógicas fechadas, o bom político deverá fazer com que as diferentes vozes sejam ouvidas. “É verdade que as diferenças geram conflitos, mas a uniformidade gera asfixia e neutraliza-nos culturalmente. Não nos acostumemos a viver fechados em um fragmento da realidade”.⁵¹

Por fim, dentro da melhor política, o melhor político é aquele que consegue viver o amor em suas relações interpessoais, deixando-se enternecer pelos mais vulneráveis. Há espaço para a ternura, no mundo cinzento da política? Sim, enfatiza o Papa Francisco. Por isso, na construção da fraternidade universal, é necessário estar mais atento à fecundidade dos relacionamentos, do que aos resultados imediatos, procurando desencadear processos, cujos frutos virão mais tarde.⁵²

3.2 O diálogo

Outro caminho indicado pelo Papa Francisco na FT para a construção de um mundo aberto, a partir da fraternidade e da amizade social, é o do *diálogo*. Esse é compreendido pelo Pontífice como “aproximar-se, expressar-se, ouvir-se, olhar-se, conhecer-se, esforçar por entender-se, procurar pontos de contato”. O Pontífice salienta, no entanto, que ele pode ser mal compreendido como “troca de opiniões exaltadas nas redes sociais”, o que não passa de “monólogos que avançam em paralelo, talvez chamando a atenção dos outros pelo tom agressivo”.⁵³

Visitando o magistério pontifício, vemos que no ensinamento de São Paulo VI, o diálogo ocupa um lugar importante, tanto que a esse tema é dedicado o capítulo maior da encíclica programática de seu Pontificado *Ecclesiam Suam*.⁵⁴ No âmbito da DSI, o diálogo é compreendido dentro

⁵⁰ PAULO VI. *Octogesima Adveniens*. In: COSTA, Lourenço (org.). *Documentos de Paulo VI*. São Paulo: Paulus, 1997, n. 46. Documentos da Igreja, 3.

⁵¹ FRANCISCO, 2020, n. 190-191.

⁵² FRANCISCO, 2020, n. 194, p. 102.

⁵³ FRANCISCO, 2020, n. 198-200.

⁵⁴ PAULO VI. *Ecclesiam Suam*. In: COSTA, Lourenço (org.). *Documentos de Paulo VI*. São Paulo: Paulus, 1997. n. 34-67. Documentos da Igreja, 3.



da dimensão relacional do ser humano, sempre em relação a um tu e a uma transcendência. Citando o Concílio, afirma-se que devemos respeitar “quem pensa diferente de nós em assuntos sociais, políticos e religiosos, pois quando mais o fizermos, tanto mais estaremos em condições de dialogar com eles”.⁵⁵

Na FT o Papa Francisco ressalta que na realidade ainda permanecem formas grosseiras de debate, como difamar o adversário com adjetivos humilhantes, ao invés de buscar um diálogo sincero e respeitoso. Isso ocorre porque o argumento é manipulado em vista de interesses dos detentores de poder, que não estão preocupados com o bem comum, mas em auferir maiores vantagens pessoais, impondo o seu modo de pensar. Para o Pontífice, “os heróis do futuro serão aqueles que saberão romper com essa mentalidade doentia, decidindo sustentar palavras cheias de verdade, para além das conveniências pessoais”.⁵⁶

Por fim, salienta o Papa Francisco que um verdadeiro diálogo social “inclui a capacidade de respeitar o ponto de vista do outro, admitindo a possibilidade de que nele contenha convicções ou interesses legítimos”. Isto não é relativismo, nem mesmo um consenso ocasional, mas sim um debate que é enriquecido com argumentos racionais, contribuições e perspectivas diversas, para que se chegue a algumas verdades fundamentais. Com certeza esse é um caminho salutar, para se gerar uma sociedade aberta.

3.3 Uma cultura do encontro, para construir pontes e não muros

Os dois pontífices que precederam o Papa Francisco se preocuparam com a questão da cultura, nos quadros da pós-modernidade. Dentro disto, eles promoveram uma grande cruzada de evangelização, contra o que foi chamado de *cultura de morte* (João Paulo II) e *cultura do relativismo* (Bento XVI). O Papa Francisco anuncia e quer promover o que ele chama de *cultura do encontro*. Além disso, ele utiliza sempre a metáfora da ponte e do muro, para designar exatamente esta realidade.

Na *Evangelii Gaudium*, sua encíclica programática, ele afirma que a ação pastoral da Igreja deve demonstrar que a relação com Deus

⁵⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005. n. 43; 110; 130.

⁵⁶ FRANCISCO, 2020, n. 201-202.



exige e incentiva a comunhão com todos. Enquanto se promove uma cultura individualista, onde cada um vai se tornando uma mônada na sociedade, a fé deveria fazer-nos reconhecer os outros e construir pontes, estreitando os laços sociais, para não submergir nesta cultura e, assim, gerar um mundo aberto.⁵⁷

De outra parte, ensina que a dimensão social do ser humano se configura como um cidadão, isto é, alguém que participa da vida política de sua nação, deixando de ser *massa*, para se tornar *povo*. No entanto, essa é uma tarefa lenta, árdua e comprometida, para a qual se deve ser educado, até chegar a vivenciar uma cultura do encontro. É necessário descobrir o prazer espiritual de ser povo, e isso ocorre quando “derrubamos os muros e o coração se enche de rostos e de nomes!”⁵⁸

Na FT ele ensina que a cultura do encontro significa que, “como povo, somos apaixonados por querer encontrar-nos, procurar pontos de contato, construir pontes, planejar algo que envolva a vida”.⁵⁹ Esse estilo de viver traz a exigência de se reconhecer ao outro o direito de ser ele próprio e de ser diferente. Sem isso, quebra-se a paz social, pois desencadeiam-se formas de violência, por vezes sutis, de intolerância e desprezo, gerando um mundo fechado.

Para construir uma sociedade aberta, é necessário um verdadeiro *pacto social*, onde as pessoas tenham a coragem de ceder algo, em vista do bem de todos. Além disso, deve se partir para um realismo dialogante, reconhecendo ao outro o direito de ser fiel aos seus princípios, que nem sempre coincidem com os nossos. É preciso, ainda, colocar-se em seu lugar, para assim poder entendê-lo em sua diversidade.⁶⁰

A compreensão hobbesiana do ser humano afirma que “a nossa natureza, portanto, não nos leva a procurar amigos, mas a obter, por meio desses, honras e vantagens; essa é a primeira coisa que procuramos: os amigos só o são em maneira subordinada”⁶¹. O desafio lançado pelo Papa Francisco, de destruir muros, construir pontes, criar uma cultura do encontro, para gerar uma sociedade aberta, é exatamente o contrário disto. Segundo o Pontífice, “aqueles que constroem pontes, vão muito

⁵⁷ FRANCISCO, 2013, n. 67.

⁵⁸ FRANCISCO, 2013, n. 220; 274.

⁵⁹ FRANCISCO, 2013, n. 218.

⁶⁰ FRANCISCO, 2013, n. 221.

⁶¹ HOBBS, 2002, I, 2, p. 28.



avante. [...] A ponte é para a comunicação humana. [...] Em vez disso, os muros são contra a comunicação, são a favor do isolamento e aqueles que os constroem tornar-se-ão prisioneiros”.⁶²

3.4 As religiões e a fraternidade universal

Desde as revoluções da modernidade no século XVIII (americana e francesa), a Religião se afastou da Política, pois deixou de ser necessária para a legitimação do Estado, engendrando, assim, a sua laicidade. No entanto, temos visto pessoas com a tentação de politizar a Religião, bem como os mandatários do poder procurando “religiosizar” o Estado, conforme os seus interesses⁶³, inclusive recentemente no Brasil.

Do ponto de vista subjetivo, a Religião tem uma dimensão funcional, pois o ser humano precisa de algo que o proteja do desconhecido. Em situações-limites, tem-se que ter a tranquilidade de buscar explicações. Ele não consegue viver numa multidão de sentidos parciais, sem ter algo que explique o sentido total. Em última análise, a Religião tem Deus como ponto de partida, pois é Ele quem toma a iniciativa de vir ao encontro do ser humano.⁶⁴

A DSI vê como um sinal de esperança a disposição das religiões ao diálogo e à compreensão da urgência de unir os próprios esforços, para favorecer a justiça, a fraternidade, a paz e o crescimento da pessoa humana.⁶⁵ Da mesma forma, na FT, se enfatiza a relevância social das religiões, como promotoras do diálogo, da paz e da fraternidade, a partir do reconhecimento da eminente dignidade do ser humano e de sua relação com Deus. A razão pode reconhecer a necessidade da convivência pacífica, mas não pode fundamentar a fraternidade, que se baseia na experiência de um ser transcendente.⁶⁶

É a partir desta premissa que o Pontífice apresenta a importância das religiões, também para dar um sentido para a convivência social. É

⁶² FRANCISCO. *Quem constrói muros, permanece prisioneiro deles. Quem constrói pontes, vai avante*. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-03/quem-constrói-muros-permanece-prisioneiro-papmar.html>. Acesso em: 19 ago. 2023.

⁶³ MARDONES, 1993, p. 223.

⁶⁴ MIRANDA, Mario de França. *Inculturação da Fé*. Uma abordagem teológica. São Paulo: Loyola, 2001. p. 50;51.

⁶⁵ PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ, 2005, n. 12.

⁶⁶ FRANCISCO, 2020, n. 273.



sempre bom salientar que o Estado é laico, mas não é ateu. Isso implica o reconhecimento da importância de todas as crenças, dentro do espírito de subsidiariedade. Quando se deixa de lado os valores religiosos e se exclui Deus da vida social por causa de uma ideologia, vem a brutalidade e os direitos humanos são abandonados. O mesmo ocorre quando se ideologiza a Religião e se a utiliza para justificar o poder.

As religiões existem, não para provocar o ódio, a violência ou a intolerância, embora uma compreensão fundamentalista possa levar a estas insanidades. Por isso, os líderes religiosos devem atuar na construção da paz, não como intermediários, mas como mediadores. Os primeiros tentam agradar todas as partes, para auferir lucros e vantagens, enquanto os segundos nada reservam para si, mas se dedicam unicamente à paz. “Cada um de nós é chamado a ser um artífice da paz, unindo e não dividindo, extinguindo o ódio, em vez de conservá-lo, abrindo caminhos de diálogo, em vez de erguer muros”.⁶⁷

Conclusão

Hoje fala-se muito na *polarização* da sociedade, especialmente a brasileira, a partir das democráticas posições políticas de direita e de esquerda. Na realidade, não temos em nosso país uma polarização nesse sentido, mas sim entre aqueles que são a favor da democracia, tanto os de direita quanto os de esquerda e de centro, e aqueles que pretendiam derrubá-la com um golpe de Estado.

Ora, na realidade, a polarização é positiva, pois implica um dar e um receber, aceitar humildemente que existe o diferente, o que leva a dialogar com ele e auferir tudo o que possa enriquecer o todo, o qual chamamos de *bem comum*.⁶⁸ A polarização não pode ser entendida como contraposição, confronto e guerra, mas sim como sendo os diferentes (um polo) que oferecem o melhor de si, para o bem de todos (o outro polo). Isto representa a amizade social e significa construir uma sociedade aberta.

Na origem da palavra *sociedade* está a expressão *socii* (sócios). O desafio lançado pelo Papa Francisco, ao resgatar a dimensão da *amizade social*, é o de superar um mundo de sócios, para construir um mundo de irmãos, pois a sociedade não pode ser um ringue de combate, onde o

⁶⁷ FRANCISCO, 2020, n. 284.

⁶⁸ UTZ, 1964, p. 74.



outro é um inimigo a ser vencido, mas um lugar de bem-estar, onde se codivide a existência e as experiências de forma fraterna e respeitosa.

Se São Francisco de Assis inspirou o Papa Francisco a escrever a *Laudato Si*, manifestando a sua preocupação com a criação e a defesa do meio ambiente, não menos o motivou a escrever sobre a amizade e a fraternidade, um tema também fundamental ao pobrezinho de Assis, externando algo que lhe é muito caro, para promover uma convivência humana sadia.⁶⁹

É possível pensar e gerar um mundo aberto? Para além dos retrocessos que se observam em nosso tempo, o Papa Francisco acredita que sim, exatamente pela dimensão relacional do ser humano, expressa na amizade social. Essa é a utopia à qual ele nos provoca.

Referências

ARISTOTELES. *Ética Nicomachea*. A cura di Claudio Mazzarelli. Milano: Rusconi Libri, 1994.

ARISTOTELES. Política. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

BERGSON, Henri. *As duas fontes da Moral e da Religião*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. v. 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CELAM. A Evangelização no presente e no futuro da América latina. *Documento de Puebla*. São Paulo: Loyola, 1979.

CNBB. *Fraternidade e Segurança Pública*. Campanha da Fraternidade de 1999. Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2015/03/textobase.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.

COUTO, Antonio A. C. *Amor amicitiae e Amor concupiscentiae*. Um estudo sobre as noções de amor, desejo e amizade na Suma Teologia de Tomás de Aquino. *Dissertatio* [40] 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/8528>. Acesso em: 25 jul. 2023.

⁶⁹ FRANCISCO, *Fratelli Tutti*, 2020, n. 2.



D'ADDIO, Mário. *Storia delle Dottrine Politiche*. Volume I. 3. ed. Genova: Edizioni Culturali Internazionali Genova, 1996.

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX. Editado por William Outhwaite & Tom Bottomore; com a consultoria de Ernest Gellner, Robert Nisbet, Alain Torraine; editoria da versão brasileira Renato Lessa, Wanderley Guilherme dos Santos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

FRANCISCO. *Exortação Apostólica Evangelii Gaudium*. A alegria do Evangelho. Sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus: Edições Loyola, 2013. (Documentos do Magistério).

FRANCISCO. *Carta Encíclica Fratelli Tutti*. Sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO. *Quem constrói muros, permanece prisioneiro deles. Quem constrói pontes, vai avante*. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2019-03/quem-constroi-muros-permanece-prisioneiro-papamar.html>. Acesso em: 19 ago. 2023.

JOÃO PAULO II. *Sollicitudo Rei Socialis*. In: COSTA, Lourenço (org.). *Encíclicas de João Paulo II (1978-1995)*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2006. (Documentos da Igreja, 4).

JOÃO XXIII. Encíclica *Mater et Magistra*. In: COSTA, Lourenço (org.). *Documentos de João XXIII*. São Paulo: Paulus, 1998. (Documentos da Igreja, 2).

MARDONES, José Maria. *Fe y Política: el compromiso de los cristianos en tiempos de desencanto*. Santander: Sal Terrae, 1993.

MIRANDA, Mario de França. *Inculturação da Fé: Uma abordagem teológica*. São Paulo: Loyola, 2001.

Pio XII. Dal radiomessaggio natalizio sulla spersonalizzazione dell'uomo (24/12/1952). In: *I Documenti sociale dela Chiesa*. A cura di P. Raimondo Spiazzi. Da Pio IX a Giovanni Paolo II (Vol. I: dal 1864 al 1965). Milano: Massimo, 1987.

PAULO VI. *Ecclesiam suam*. In: COSTA, Lourenço (org.). *Documentos de Paulo VI*. São Paulo: Paulus, 1997. (Documentos da Igreja, 3).

PAULO VI. *Octogesima adveniens*. In: COSTA, Lourenço (org.). *Documentos de Paulo VI*. São Paulo: Paulus, 1997.



PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. *Compêndio de Doutrina Social da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 2005.

PLATÃO. A República. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

PONTES, Juliana Fonseca. A serpente no ovo. Carl Schmitt e as democracias do século XXI. *Estado da Arte: revista de cultura, arte e ideias* – 03/02/2021. Disponível em: https://estadodaarte.estadao.com.br/carl-schmitt-jfp/#_ftnref14. Acesso em: 28 jul. 2023.

ROSENFELD, Denis Lerrer. A política do inimigo. Enemy politics. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)* 12 (1), p. 23-51, jan.-abr. 2020 Unisinos. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2020.121.02>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SCHMITT, Carl. *Le categorie del 'politico'*. Saggi di teoria politica. A cura di Gianfranco Miglio e Pierangelo Schiera. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1972.

TOMAS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Justiça – Religião – Virtudes sociais. II-II, questões 57-122. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

TOMAS DE AQUINO. *Suma Teológica*. Disponível em: <https://www.baixelivros.com.br/religiao/suma-teologica-pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

UTZ, Arthur Fridolin. *Ética Social*. Tomo I. Principios de la Doctrina social. Barcelona: Editorial Herder, 1964.

VATICANO II. *Gaudium et Spes*. In: *Vaticano II*. Mensagens. Discursos. Documentos. 2. ed. São Paulo: Paulinas: 2007.

ZANUZZI, Inara. A amizade em Aristóteles: Política, III, 9 e Ética Nicomacheia, VIII. *Dois pontos*, Curitiba, São Carlos, vol. 7, n. 2, p. 11-28, out. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/viewFile/24085/16112>. Acesso em: 26 jul. 2023.